



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
2ª REUNIÃO DE ANÁLISE ESTRATÉGICA DO PEI
REALIZADA EM 29 DE NOVEMBRO DE 2016, ÀS 14H30

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezesseis, às quatorze horas e trinta minutos, no Auditório, localizado no 24º andar do Edifício Sede do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, reuniram-se, sob a Presidência da Coordenadora do Comitê de Planejamento e Gestão, Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, o Desembargador Presidente Wilson Fernandes; a Vice-Presidente Administrativo Desembargadora Cândida Alves Leão; os Desembargadores Adalberto Martins, Paulo José Ribeiro Mota e Roberto Barros da Silva; o Juiz Moisés dos Santos Heitor e os servidores Rita Kotomi Yuri, Diretora Geral da Administração; Ana Celina Ribeiro Cianco Siqueira, Secretária Geral Judiciária; Eunice Avanci de Souza, Diretora da Secretaria de Infraestrutura, Logística e Administração Predial; Aline Maria de Castro Silva Rossi, Diretora da Secretaria de Comunicação Social; Aquiles José Malvezzi, Diretor da Secretaria de Processamento e Acompanhamento de Contratos e Licitações; Cecília Freitas de Azevedo Pesce, Secretária da 18ª Turma; Gustavo Miranda da Silva, Diretor da Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores; Márcio Nisi Gonçalves, Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação; Márcio Vinícius Gimenes Milan, Chefe da Seção de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação; Maria Inês Ebert Gatti, Diretora da Secretaria de Gestão da Informação, Projetos e Normas; Nivaldo Catania, Diretor da Secretaria de Coordenação Orçamentária e Financeira; Eduardo Antônio Engholm, Diretor da Secretaria de Controle Interno; Rodrigo Correa da Cunha, Diretor da Secretaria de Gestão de Pessoas; Silvia Ramos Mathiasi, Diretora da Secretaria de Benefícios e Programas Sociais; Suelli Cristina Fracca, Secretária da Corregedoria Regional; Daniela Vilaça Castagna, Leandra Maria Leal de Sant'Anna e Patrícia Andrade Castro Carvalho, representantes da Coordenadoria de Apoio à Gestão Estratégica e à Governança Institucional, com a finalidade de analisar o andamento do Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e seus resultados.



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

A Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves iniciou a reunião agradecendo a presença do Presidente, Desembargador Wilson Fernandes, e dos demais. Em seguida, passou-lhe a palavra. O Presidente também agradeceu a presença, o empenho e o comprometimento de todos, desejando a continuidade dos trabalhos, apesar das dificuldades que serão enfrentadas ao longo dos próximos anos. A Desembargadora Jucirema então justificou a ausência dos representantes do Comitê Gestor Regional para Implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao 1º Grau de Jurisdição, vez que a portaria designando os novos membros ainda não foi publicada. Acrescentou que a AMATRA 2 solicitou a sua participação no CPG, porém sua inclusão ainda não foi formalizada. O Presidente considerou de extrema importância a inserção dessa Associação, bem como a do SINTRAJUD neste Comitê, já que representam as categorias de forma ampla. Ato contínuo, a Desembargadora Jucirema explicou que a existência do Comitê de Planejamento e Gestão - CPG atende a exigências estabelecidas por normativos superiores e às necessidades institucionais, conforme Ato GP nº 28/2010.

Na sequência, a Desembargadora Jucirema apresentou a pauta da reunião e ressaltou a necessidade de apreciação dos projetos submetidos à Gestão anterior. Definiu-se que os projetos e os nomes dos Coordenadores dos Objetivos Estratégicos serão reavaliados pela Presidência. O Desembargador Wilson destacou que, a princípio, os projetos que têm impacto econômico não serão aprovados, mas que tudo dependerá do orçamento que virá para o exercício de 2017. A Desembargadora Jucirema informou sobre a existência do Plano de Logística Sustentável – PLS, com vigência até 2020, acrescentou que esse documento consiste em um desdobramento do PEI, e ressaltou que, sendo assim, as demandas de acessibilidade também deverão ser remetidas ao CPG, que as encaminhará às áreas responsáveis.

Em seguida, o Diretor da Coordenadoria de Estatística e Gestão de Indicadores apresentou os resultados do PEI.

Indicador 01: Capacitação dos Magistrados nas Competências Institucionais

	2014 (Base)	2015	2016
--	-------------	------	------



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Realizado	82,5%	89,5%	83,8%
Meta		83%	83,5%

Comentários:

A Diretora Inês informou que, apesar de apresentar o resultado parcial, a meta já foi cumprida e esclareceu que houve uma queda no referido resultado, quando comparado ao ano anterior, em razão do corte orçamentário. Destacou que muitos Magistrados não averbam os certificados de cursos ministrados por outras Instituições. O Desembargador Paulo acrescentou que os cursos realizados pelos Magistrados devem ser averbados e, como não há uma contrapartida, muitos não solicitam, o que prejudica a apuração real do indicador. O Juiz Moisés questionou a respeito da não certificação desses cursos externos pela EJUD e pontuou a necessidade de incentivar os Magistrados a averbá-los. Citou como exemplo que os mesmos passem a ser computadas para o cumprimento das trinta horas semestrais necessárias à promoção por merecimento. A Desembargadora Jucirema sugeriu o incentivo das averbações, através de campanhas na Intranet, com o envolvimento da Secretaria de Comunicação. O Diretor Nivaldo destacou que existe saldo orçamentário disponível para o referido indicador.

Indicador 02: Capacitação dos Servidores nas Competências Institucionais

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	49,9%	45,6%	17,2%
Meta		52%	54%

Comentários:

O Diretor Gustavo informou que a meta não está sendo cumprida e que o resultado apresentado foi apurado até o dia 31/10/2016. O Diretor Nivaldo justificou que um dos motivos pode ter sido o corte orçamentário. Já a Secretária Cecília ressaltou a repetitividade dos cursos promovidos pela EJUD, ocasionando a baixa adesão dos servidores. O Desembargador Adalberto salientou a receptividade da EJUD quanto às sugestões de novos cursos. A Desembargadora Jucirema questionou a possibilidade de a EJUD realizar



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

enquete a respeito de temas de interesse dos servidores. O Desembargador Paulo sugeriu que a EJUD faça um diagnóstico para apresentação na próxima RAE e uma reavaliação do indicador nessa ocasião.

Indicador 03: Índice Médio de Capacitação dos Servidores em Competências

Institucionais

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	63	64	42
Meta		65	66

Comentários:

O Diretor Gustavo informou que a meta não está sendo cumprida e que o resultado apresentado foi apurado até o dia 28/11/2016. O Comitê deliberou pela realização do diagnóstico com posterior reavaliação do indicador na próxima RAE.

Indicador 04: Percentual do Orçamento de Custeio Aplicado em Capacitação

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	1,39%	0,79%	0,85%
Meta		1,10%	1,13%

Comentários:

O Diretor Gustavo informou que a meta não está sendo cumprida e que o resultado apresentado foi apurado até o dia 31/10/2016. O Diretor Nivaldo pontuou que devido ao corte orçamentário esse indicador pode ficar prejudicado. Diante do exposto, o Desembargador Paulo considerou a possibilidade de fixação da meta no percentual do ano corrente, qual seja 1,13%. A Diretora Inês ressaltou que a apuração desse indicador é anual, dessa forma não há dados técnicos suficientes para sua imediata alteração. O Diretor Nivaldo ressaltou que este Regional dispõe de verba para este fim e o Desembargador



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Adalberto informou que, provavelmente, será utilizada até o final do ano. O Comitê decidiu rever o índice na próxima RAE.

Indicador 05: Índice de Clima Organizacional

Comentários:

A Diretora Inês comunicou que o questionário da pesquisa de clima organizacional está pronto e será aplicado, separadamente, para Magistrados e Servidores. Informou que a pesquisa será apresentada ao CPG e à Presidência, ponderando que o final do ano não é uma boa época para sua aplicação. Destacou que ainda deverão ser definidos alguns critérios para a aplicação da pesquisa, a exemplo de ser obrigatória ou não, se será informatizada e/ou presencial, e citou a importância da participação do Setor de Comunicação com uma campanha maciça de incentivo à participação de todos. Salientou que existem outras pesquisas a serem aplicadas, como a de Atendimento de TI e a de Atendimento Institucional. A Desembargadora Cândida questionou se há previsão para aplicação da pesquisa e a Diretora Inês respondeu que, possivelmente, será em março de 2017 e se comprometeu a apresentar alguns modelos para apreciação e definição pelo CPG.

Indicador 06: Índice de Instalações Físicas Adequadas

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	76,1%	76,1%	78,1%
Meta		80%	84%

Comentários:

A Desembargadora Jucirema questionou a Diretora Eunice sobre o cumprimento desse indicador, a qual respondeu que tomou posse há pouco mais de uma semana e que ainda está se inteirando da realidade da área. A Diretora Rita ponderou que o indicador encontra-se no mesmo cenário do corte orçamentário. O Diretor Nivaldo esclareceu que existem algumas licitações em andamento, o que pode influenciar no índice em análise. A



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Diretora Inês acrescentou que a reforma do Fórum de Mogi das Cruzes está sendo finalizada e informou que é considerada como adequação. O Juiz Moisés ressaltou que a diminuição do orçamento influenciou diretamente no cumprimento dessa meta. A Diretora Inês destacou que provavelmente não haverá investimento em 2016. O Comitê decidiu que o índice deverá ser acompanhado e reanalisado na próxima RAE.

Indicador 07: Índice de Adequação aos Padrões de Nivelamento de TI Estabelecidos pelo CNJ (Resolução 90, itens de Infraestrutura)

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	86%	86%	
Meta		100%	100%

Comentários:

O Diretor Márcio destacou que na última RAE foi solicitada uma revisão dos indicadores dos objetivos 3 e 6, os quais são de responsabilidade da SETIC. Comunicou que houve um estudo do tema e apresentou a proposta de alteração. Esclareceu que o objetivo da alteração desse indicador é adequá-lo à Resolução Nº 211/CNJ, que substituiu a Resolução Nº 90/CNJ. Afirmou que o ideal seria que a meta seguisse, até 2020, o que é solicitado naquela Resolução, ressaltando que para o seu cumprimento é necessário atingir 100% em 2018. Salientou ainda que o indicador 16 do PETIC mede a adequação da infraestrutura de TIC em relação ao capítulo IV, seções I e II da Resolução Nº 211/CNJ e sugeriu que a seção III do capítulo IV seja medida pelo indicador 7 do PEI. O Comitê aprovou a proposta.

Indicador 08: Índice de Disponibilidade de Serviços de TI

	2014 (Base)	2015	2016
Realizado	99,35%	99,60%	
Meta		99,40%	99,45%



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Comentários:

O Diretor Márcio informou que a proposta é alterar a descrição do indicador, de forma que os serviços do PJE 1º e 2º graus possuam disponibilidades distintas e, portanto, devem ser considerados separadamente. Definiu-se os sistemas que entrarão para contagem do índice e a exclusão do Precad, vez que foi extinto com a implantação do PJE. A Desembargadora Jucirema questionou a possibilidade da alteração e o Diretor Márcio respondeu positivamente, esclarecendo que a fórmula não será alterada, pois representa o somatório dos serviços considerados na descrição. O CPG aprovou a proposta.

Indicador 09: Taxa de Satisfação dos Clientes Internos com as Soluções de TI oferecidas pelo Regional

Comentários:

Quanto à proposta de alteração desse indicador, o Diretor Márcio salientou que esse tema tem alinhamento direto com objetivos do PETIC do TRT da 2ª Região e que a taxa pode ser medida e apresentada sem prejuízo à estratégia, à transparência e à gestão. Dessa forma, sugeriu transportar o indicador para o PETIC, o que foi aceito pelo Comitê.

Indicador 10: Taxa de Satisfação dos Clientes Internos com o PJe-JT

Comentários:

O Diretor Márcio informou que o tema desse indicador também tem alinhamento direto com objetivos do PETIC do TRT da 2ª Região e o índice pode ser medido e apresentado sem prejuízo à estratégia, à transparência e à gestão. Portanto, a sugestão é transportar o indicador para o PETIC. A Diretora Inês salientou que já foram produzidos dois questionários de pesquisas de TIC, que poderão ser aplicados em conjunto, e sua aplicação, provavelmente, será no ano de 2017. O Comitê acatou alteração proposta.

Indicador 11: Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD)

	2014	2015	2016
--	------	------	------



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Realizado	65,17%	69,91%	65,05%
Meta	-	65,67%	66,17%

Comentários:

O Diretor Nivaldo informou que, apesar de a meta ainda não ter sido atingida, provavelmente será superada pela obrigatoriedade de executar o saldo orçamentário disponível. O Comitê deliberou pela manutenção da meta.

Indicador 12: Índice de Eficiência Operacional - Em Tramitação

	2014	2015	2016
Realizado	28,97%	39,07%	27,04%
Meta	-	31%	34%

Comentários:

O Diretor Gustavo informou o resultado parcial e o Desembargador Paulo questionou a possibilidade do cumprimento da meta, ao que o Diretor respondeu positivamente. O Comitê decidiu pela manutenção da meta.

Indicador 13: Índice de Eficiência Operacional - Entrados

	2014	2015	2016
Realizado	98,95%	117,28%	97,76%
Meta	-	100%	110%

Comentários:

A Desembargadora Jucirema considerou que até o final do ano a meta deverá ser cumprida e o Diretor Gustavo concordou. O Desembargador Paulo ressaltou que deve-se considerar a entrada de muitos processos. A Diretora Inês informou que as demandas do



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Primeiro Grau encontram-se estabilizadas, em relação ao ano de 2015, ao contrário do que vem ocorrendo no Segundo Grau.

Indicador 14: Índice de Atendimento das Metas do PETIC

	2014	2015	2016
Realizado	-	-	-
Meta	-	-	-

Comentários:

O Diretor Márcio comunicou que a proposta de alteração para esse indicador é a sua remoção do PEI, tendo em vista que os indicadores já são tratados, individualmente, na execução do PETIC. Destacou que manter esse indicador no PEI faria com que o mesmo resultado fosse apreciado por instâncias distintas (CPG e CTI) de modo que haveria a possibilidade da elaboração e da adoção de planos de ação redundantes e, eventualmente, conflitantes em seus direcionamentos. O CPG deliberou pela exclusão do indicador.

Indicador 15: Índice de Maturidade em Segurança da Informação

	2014	2015	2016
Realizado	36%	63%	-
Meta	-	50%	60%

Comentários:

O Diretor Márcio esclareceu que o tema desse índice tem alinhamento direto com objetivos do PETIC do TRT da 2ª Região e o indicador pode ser medido e apresentado sem prejuízo à estratégia, à transparência e à gestão. Informou, portanto, que a sugestão é transportar o indicador para o PETIC, o que foi aprovado pelo Comitê.

Indicador 16: Índice de Capacitação dos Gestores de TI



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

	2014	2015	2016
Realizado	66%	77%	-
Meta		72%	78%

Comentários:

O Diretor Márcio apresentou a proposta de alteração e sugeriu a retirada desse indicador do PEI, uma vez que perdeu o alinhamento com a versão final do caderno de indicadores da ENTIC-JUD. Esclareceu ainda que há um indicador semelhante no PETIC (indicador 8) que está alinhado ao indicador do PETIC-JT: Índice de Capacitação Gerencial. O CPG concordou com a remoção do indicador do PEI.

Indicador 17: Índice de Processos de TI Aderentes às Melhores Práticas do COBIT

	2014	2015	2016
Realizado	1,5	1,9	-
Meta	-	1,5	1,8

Comentários:

O Diretor Márcio afirmou que a proposta é alterar o indicador, uma vez que a forma de cálculo atual, que considera pesos maiores para práticas mais avançadas, pode confundir a interpretação da maturidade. Esclareceu que o modelo do COBIT estabelece uma evolução crescente com base em níveis de maturidade e recomenda que as ações para alcançá-los sigam esse modelo. Acrescentou, ainda que auditorias externas, como as executadas pelo TCU, utilizam o mesmo conceito. Destacou que a ideia é selecionar um subconjunto de práticas do COBIT 5 e usar o próprio COBIT para medir e escalar, ano a ano, o nível em que estamos e concluiu que será realizada uma medição em 2016 para que então se estabeleça metas para os próximos anos. O Comitê deliberou a favor da alteração.

Indicador 18: Índice de atendimento ao Acordo de Nível de Serviço (ANS) estabelecido para os serviços de TI



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

	2015	2016
Realizado	75%	-
Meta	-	A definir

Comentários:

O Diretor Márcio ressaltou que o tema desse indicador tem alinhamento direto com objetivos do PETIC do TRT da 2ª Região e que o índice também pode ser medido e apresentado sem prejuízo à estratégia, à transparência e à gestão. A proposta, portanto, foi transportar o indicador para o PETIC, o que foi aceito pelo Comitê.

Indicador 19: IGOV-TI

	2014	2016
Realizado	0,46	-
Meta	-	0,50

Comentários:

O Diretor Márcio elucidou que esse indicador também possui alinhamento com o PETIC-JT: Índice Governança de TI (iGovTI, versão 2014, conforme TCU) e ENTIC-JUD: Indicador 4 – Índice de Tribunais com resultado de Índice de Governança de TI (iGovTI) com nível Intermediário ou Aprimorado. Acrescentou que o PETIC-JT não trata mais a meta a ser atingida por meio de uma nota numérica, ao invés disso, utiliza a escala de maturidade proposta pelo próprio TCU. Informou ainda que este Regional encontra-se no nível inicial de acordo com a última medição publicada (2014), no entanto ainda aguardamos a divulgação dos resultados do último questionário respondido em 2016. Por fim, expôs que a sugestão é replicar o modelo estabelecido pelos Conselhos, o que foi acatado pelo Comitê.

Indicador 20: Índice de Satisfação dos Usuários com os Serviços de TI

Comentários:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

O Diretor Márcio enfatizou que, assim como os anteriores, o tema do indicador em questão tem alinhamento direto com objetivos do PETIC do TRT da 2ª Região e que o índice pode ser medido e apresentado sem prejuízo à estratégia, à transparência e à gestão. Assim, sugeriu a proposta de transportar o indicador para o PETIC, o que foi acaféado pelo CPG.

Indicador 21: Tempo de Ciclo Total (1º Grau)

	2014	2015	2016
Realizado (Geral)	889	906	944
Realizado (PJe)	173	246	310
Realizado (Legado)	1.007	1.114	1351
Meta		1.200	1.150

Comentários:

A Diretora Inês ressaltou que na última RAE foi solicitada a separação dos processos físicos e Pje para o cômputo desse indicador, conforme apresentado. O Comitê enalteceu o cumprimento da meta.

Indicador 22: Prazo Médio de Julgamento no 1º Grau (Conhecimento) com

Perícia

	2014	2015	2016
Realizado (Geral)	656	606	578
Realizado (PJe)	301	370	397
Realizado (Legado)	723	728	736
Meta		840	750

Comentários:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

O Comitê considerou que o resultado parcial encontra-se dentro dos parâmetros esperados.

Indicador 23: Prazo Médio de Julgamento no 1º Grau (Conhecimento) sem Perícia

	2014	2015	2016
Realizado (Geral)	196	188	196
Realizado (PJe)	107	119	140
Realizado (Legado)	224	230	340
Meta		280	260

Comentários:

O Comitê considerou que o resultado parcial encontra-se dentro dos parâmetros esperados.

Indicador 24: Tempo Médio de Duração do Processo – 2ª Instância (TMDP2)

	2014	2015	2016
Realizado	329	269	289
Meta		319	309

Comentários:

A Diretora Inês pontuou que o cálculo desse índice também inclui a baixa dos processos nas secretarias das Turmas. O Comitê considerou favorável o resultado parcial da meta.

Indicador 25: Índice de Processos Antigos (IPA)

	2014	2015	2016
--	------	------	------



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

Realizado		99,32%	90,67%
Meta		90%	90%

Comentários:

O Diretor Gustavo informou que a meta já foi cumprida no mês de outubro e a tendência é melhorar.

Indicador 26: Índice de Virtualização dos Processos Novos

	2014	2015	2016
Realizado	30,43%	50,75%	98,98%
Meta		40%	75%

Comentários:

O Diretor Gustavo informou que o cumprimento da meta já foi superado. A Diretora Inês salientou que o cálculo desse indicador está sendo revisto pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho. Além disso, considerou que esse índice talvez tenha que ser reavaliado posteriormente, a depender do que o Conselho faça (processos anulados). Esclareceu ainda que o Conselho está mudando o caso dos processos impossíveis de cumprimento. O Desembargador Paulo ressaltou que esses processos já são digitalizados e quando retornam do Conselho eles continuam físicos. A Diretora Inês informou que isso ocorre apenas com os processos em fase de conhecimento.

Indicador 27: Índice de Processos Julgados no 1º Grau (Conhecimento) - IPJ

	2014	2015	2016
Realizado	-	96,3%	102,6%
Meta	-	100%	100%

Comentários:



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

O Diretor Gustavo informou que até o dia 31/10/2016 a meta tinha sido cumprida, no entanto, este percentual pode abaixar após a apuração total, vez que ainda tem os meses de novembro e dezembro para avaliar. O Desembargador Paulo ponderou que mesmo se houver uma queda, o índice ficará próximo de ser atingido.

Indicador 28: Índice de Processos Julgados no 2º Grau (Conhecimento) - IPJ

	2014	2015	2016
Realizado	-	97,7%	68,8%
Meta	-	100%	100%

Comentários:

O Diretor Gustavo sinalizou que até setembro já foram julgados mais processos do que o ano passado e que os entrados superaram os do ano de 2015 no mesmo período.

Indicador 29: Índice de Conciliação (IConc)

	2014	2015	2016
Realizado	42,99%	40,96%	42,61%
Meta		43,99%	44,99%

Comentários:

A Desembargadora Jucirema questionou se os processos conciliados durante a Semana de Nacional estavam contabilizados, ao que o Diretor Gustavo respondeu que não. O Desembargador Paulo comunicou que a proposta do CNJ é rever o índice, tirando dos solucionados os processos arquivados e que a meta será revista para 54%. A Diretora Inês considerou que o percentual atingido por este Regional é muito bom e os Desembargadores concordaram. O Desembargador Paulo opinou que, além dos processos arquivados, também deveriam ser excluídos aqueles referentes aos entes públicos.

Indicador 30: Índice de Execução (IE)



PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

	2014	2015	2016
Realizado	-	93,8%	121,10%
Meta	-	100%	100%

Comentários:

A Diretora Inês considerou que esse índice deve diminuir no próximo ano, já que o trabalho de conversão no Cadastro de Liquidação em Execução foi intenso no corrente ano.

Indicador 32: Índice de Redução do Acervo dos Maiores Litigantes (IRA)

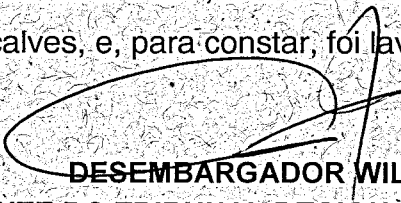
	2014	2015	2016
Realizado	-	88,4%	69,5%
Meta	-	100%	100%

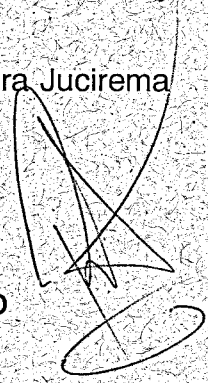
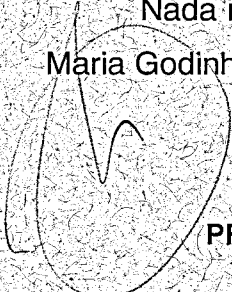
Comentários:

O Desembargador Paulo considerou que esse índice só pode ser trabalhado no âmbito Institucional, uma vez que há mais de 41 mil processos em que são partes os maiores litigantes e estes não possuem o interesse em acordos. A Desembargadora Cândida ressaltou que o Banco Santander já solicitou uma reunião com o Desembargador Presidente Wilson Fernandes.

Por fim, o Comitê deliberou que a Desembargadora Jucirema fará um ofício à Presidência encaminhando os projetos para avaliação, bem como informando a necessidade de indicação de novos coordenadores dos objetivos.

Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada pela Desembargadora Jucirema Maria Godinho Gonçalves, e, para constar, foi lavrada a presente ata.


DESEMBARGADOR WILSON FERNANDES
PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 2ª REGIÃO





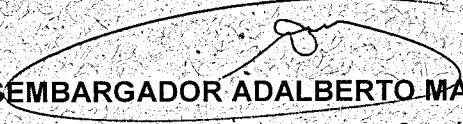
PODER JUDICIÁRIO FEDERAL
Tribunal Regional do Trabalho – 2ª Região

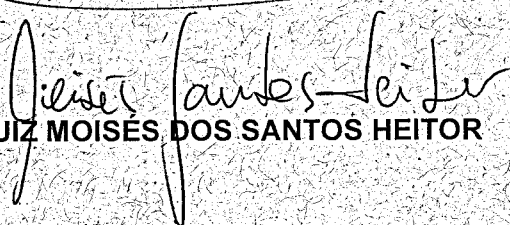

DESEMBARGADORA CÂNDIDA ALVES LEÃO
VICE PRESIDENTE ADMINISTRATIVO


DESEMBARGADORA JUCIREMA MARIA GODINHO GONÇALVES
COORDENADORA DO COMITÊ DE PLANEJAMENTO E GESTÃO


DESEMBARGADOR PAULO JOSÉ RIBEIRO MOTA


DESEMBARGADOR ROBERTO BARROS DA SILVA


DESEMBARGADOR ADALBERTO MARTINS


JUIZ MOISÉS DOS SANTOS HEITOR

